

A Luta dos Brasiguaios pelo Acesso à Terra no Paraguai (1970-1980)

Roberto Carlos Klauck

Resumo: O objetivo é analisar a experiência dos imigrantes brasileiros em busca de um pedaço de terra no Paraguai, entre as décadas de 1970 e 1980. Para fazer isso, utilizamos como referência a bibliografia pertinente ao tema. Além disso, tivemos como fonte uma pesquisa de missionários, vinculados ao Centro de Estudos Migratórios, feitas com imigrantes brasileiros no Paraguai no ano de 1971; de uma pesquisa do *Centro de Estudios Rurales y Evaluación de Proyectos*, à pedido da Conferência Episcopal Paraguaia, realizada com imigrantes brasileiros em 1984; de reportagens da época do Jornal Folha de São Paulo; e, de “cartas” dos brasiguaios. A população de camponeses conhecidas como “brasiguaios” possuem um longo itinerário de luta pela terra. Embora naturais de diversos estados do Brasil, grande parte deles, antes de ingressar no Paraguai, tinham em comum uma passagem anterior pelo Estado do Paraná. Antes de emigrar para o país vizinho, eles lutaram pelo acesso à terra em território paranaense, onde se instalaram como colonos, parceiros ou peões. Durante os anos de 1940 e 1950, muitos deles conseguiram adquirir das companhias colonizadoras alguns hectares de terra. Entretanto, a partir do final da década de 1960, começou um processo de transformação do setor agrário do país, no qual os pequenos proprietários, e muito menos aqueles que não haviam conseguido comprar seu pedaço de terra, não foram beneficiados. Mas pelo contrário, foram excluídos. Assim, sobretudo na década de 1970, os antigos colonos, parceiros e mesmo pequenos proprietários se viram obrigados a iniciar novos processos migratórios, cujos destinos, eram, notavelmente, os centros urbanos em expansão, à região amazônica e, no caso dos brasiguaios, ao Paraguai. Em relação àqueles que emigraram para o país vizinho, alguns tinham conseguido adquirir um pequeno pedaço de terra durante os anos de colonização no Paraná. Esses tiveram a chance de vendê-la, podendo com o dinheiro da venda chegar ao Paraguai e iniciar a luta naquele país já como proprietários. Outros tinham de começar do nada. Para estes, o início da luta se dava como arrendatários ou trabalhadores de “empreitadas”. Mas, a ambos, esperanças não faltaram. Os mais otimistas esperavam ficar ricos na nova terra, outros simplesmente melhorar de vida. Entretanto, a luta, mais uma vez, foi sofrida e sem os resultados esperados. Provavelmente, a forma mais comum de acesso a terra para grande parte dos brasileiros no Paraguai foi por meio do arrendamento. Depois de passado os primeiros anos de abertura das colônias, as terras se valorizavam, o que terminava com as possibilidades dos arrendatários comprarem suas terras. Se conseguiam, era algumas hectares, por volta de dois, três alqueires, o que definitivamente não garantia a subsistência da família.

Palavras-chave: Imigração, brasiguaios; luta pela terra.

Introdução

Neste texto, analisaremos a experiência dos imigrantes brasileiros em busca de um pedaço de terra na frente de colonização na região leste do Paraguai. Os motivos da ida de agricultores brasileiros ao Paraguai, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, foi motivada pela falta de terra e de trabalho no Brasil, sobretudo no Paraná, de onde os imigrantes saíram em direção ao Paraguai. Por outro lado, a “escolha” daquele país como destino se deu pelas oportunidades anunciadas por corretores, amigos e parentes.

Foi assim que, junto com a necessidade de migrar em busca da sobrevivência, no caso dos chamados brasiguaios, a migração era acompanhada pela esperança de dias melhores na nova terra. Isso porque o destino era apresentado como Eldorado, onde os colonos poderiam desbravar as terras de excelente fertilidade, que seriam vendidas por baixos preços e em prestações.

A constituição do imaginário do Eldorado era feita pela propaganda das companhias colonizadoras e de grandes proprietários, que enviavam corretores nos estados do sul do Brasil, para oferecer aos agricultores o que seria uma nova oportunidade de melhorar de vida. Para muitos desses, a esperança não passaria de uma ilusão. Também pelos próprios colonos, que voltavam ao Brasil e comentavam com vizinhos e parentes as possibilidades “de ficar rico” no Paraguai.

A partir da década de 1970, a posse de um pequeno pedaço de terra no Paraná não garantia mais a reprodução da família. Estes tiveram a chance de vendê-la, podendo com o dinheiro da venda chegar ao Paraguai e iniciar a luta naquele país já como proprietários. Outros tinham de começar do nada. Para estes, o início da luta se dava como arrendatários ou trabalhadores de “empreitadas”. Mas, a ambos, esperanças não faltaram. Os mais otimistas esperavam ficar ricos na nova terra, outros simplesmente melhorar de vida. Mas, para a grande maioria, tudo não teria passado de uma ilusão.

Diante disso, analisaremos a seguir a luta cotidiana dos pequenos agricultores brasileiros no Paraguai, seja na condição de proprietários de uma pequena parcela de terra, comumente adquirida para pagar em prestações, ou como arrendatários.

Abertura das “roças”

Assim que conseguiam acesso a um pedaço de terra no Paraguai, os imigrantes procuravam formar as primeiras “roças” com culturas de subsistência, tais como mandioca, batata doce, arroz, feijão e milho para criar galinhas e porcos, podendo o excedente ser comercializado. Depois, para terminar de pagar a terra ou para dar entrada nas primeiras parcelas de uma (no caso de arrendatário), eram abertas mais áreas para serem destinadas ao cultivo das primeiras lavouras comerciais, principalmente a soja.

Como ferramentas de trabalho, nos primeiros anos de colonização, os agricultores se utilizavam essencialmente de instrumentos manuais, tais como a foice, machado, enxada e nem todos tinham máquinas de plantar manual. Apenas algumas famílias possuíam carroça e trilhadeira, que, por sua vez, faziam a colheita para todos os agricultores próximos (CEM, 1971).

Com a foice e o machado, os colonos derrubaram as primeiras matas, davam um tempo para secar e depois queimavam. Feito isso, sobrava aquela roça cheia de tocos e troncos de árvores que não queimara, onde, se utilizando daquelas antigas “plantadeiras”, os cereais e a soja eram plantados. Na colheita, no caso principalmente da soja, as lavouras eram ceifadas e organizadas em pequenos montes, depois em maiores, onde eram instaladas as trilhadeiras.

Até o início da década de 1970, cerca de 84,76% dos colonos cultivavam as culturas acima elencadas. A safra era vendida quase que exclusivamente à atravessadores ou comerciantes. Poucos eram sócios de cooperativas. Outros 13,6% plantavam a menta (hortelã), que propiciava ótimas safras se cultivadas nos primeiros anos de abertura das terras. O óleo extraído da menta, por destilação, era utilizado como lubrificante em motores, especialmente de avião, de alto valor comercial. Graças à menta, muitos agricultores teriam conseguido quitar suas terras já nos primeiros anos, entretanto, até então, a falta de alambique impedia o aumento da sua produção. (CEM, 1971).

A partir da segunda metade da década de 1970, segundo Souchaud (2007), as rotações das culturas do trigo e da soja substituíram rapidamente o cultivo da menta. A partir de então, a chegada dos primeiros tratores de esteira possibilitava a remoção dos tocos que ficara para trás após a queimada das matas. Após as destocas, os arrendatários ou empreiteiros terminavam de limpar as terras, catando as raízes deixadas para trás, e, por fim, entregavam-nas aos proprietários totalmente limpas para o cultivo mecanizado.

Silva (2007) sintetiza bem este processo que começa com a derrubada das matas, depois com a introdução das primeiras culturas tanto para fins comerciais quanto para a subsistência, passando pela limpeza final dos terrenos até elas ficarem prontas para o uso das colhedeiças (também conhecida como ceifas) nas colheitas:

Logo após a abertura das glebas e limpeza dos terrenos, as primeiras lavouras eram voltadas para culturas de subsistência, que dividiam a atenção dos colonos com o cultivo da menta. O cultivo dessa planta propiciava bons ganhos aos colonos, sendo ela muito produtiva nos primeiros anos, quando os solos eram novos e ainda possuíam grande concentração de matéria orgânica da antiga floresta. Por exigir muita mão-de-obra, os colonos contratavam meeiros nortistas para o cultivo e destoca dos terrenos, o que levava em média de dois a quatro anos; porém, quando os serviços com máquinas pesadas se tornaram disponíveis na colônia, essa prática foi sendo abandonada e o cultivo da soja passou a ser aplicado quase que imediatamente após a abertura dos terrenos (SILVA, 2007, p. 190).

Ao contrário da menta, a introdução da lavoura da soja não significou uma novidade ao Paraguai. Ela já havia sido introduzida no país em 1921 para abastecer as indústrias azeiteiras locais, mas passou a ser exportada somente a partir de 1967 (IBR, IICA, 1976). No início da década de 1970, a soja havia alcançado excelentes preços no mercado internacional, incentivando os agricultores brasileiros a irem ao Paraguai cultivar a soja, ao mesmo tempo em que eram “expulsos” pela mesma soja no Brasil.

Além dos excelentes preços, os agricultores também tiveram o apoio da ditadura de Stroessner na produção da soja. Para tanto, a partir do início da década de 1970, visando aumentar as exportações, Stroessner adotou uma política de planificação do setor agrícola.

Na verdade, segundo Doria (2010), essa nova estratégia do governo paraguaio refletia às mudanças na orientação dos Estados Unidos, que estava interessado no desenvolvimento do setor agrícola do Paraguai, para que este país pudesse arcar com suas dívidas externas. No capítulo dois, vimos que os Estados Unidos, nos programas Ponto Quatro e Aliança para o Progresso, interferiam diretamente nas políticas de desenvolvimento do setor agrícola paraguaio. Nos anos setenta, por meio da *Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional* (USAID)¹, participam apenas da orientação e não mais diretamente.

Segundo Doria (2010), uma das recomendações da USAID teria sido para que o BNF, para evitar os desvios que ocorreram nas concessões de créditos nos anos sessenta, concedesse crédito apenas àqueles agricultores que teriam condições de pagar os empréstimos no prazo estabelecido.

Foi seguindo essas recomendações, que, no Primeiro Programa Nacional de Soja, de 1972, apenas aqueles agricultores que possuíam as escrituras das terras e com a produção já “semi mecanizada” poderiam ser beneficiados pelos programas de crédito do BNF, pois esses

estariam em condições melhores para aumentar a área cultivada bem como modernizar a produção, conforme almejava o governo ditatorial (IBR, IICA, 1976).

Com essas exigências, certamente quase todos os camponeses paraguaios assentados pelo IBR foram excluídos dos programas de crédito do BNF, bem como os brasileiros arrendatários e mesmo pequenos proprietários.

Mas, a questão central resultante do boom da soja foi a própria imigração brasileira no Paraguai. A crescente demanda por essa cultura, associada à qualidade das terras e de na região leste, também ajudam a explicar a impressionante entrada de agricultores brasileiros naquele país durante a década de 1970. Com toda essa mão de obra disponível, em poucos anos foi possível a abertura de extensas áreas ao cultivo da soja e culturas conexas naquela região.

Isso explica a razão pela qual no ano de 1969 apenas 2.000 toneladas de soja foram destinadas ao comércio exterior, ao passo que, cinco anos depois, as exportações representavam um aumento de 5.500%, ou seja, foram 110.000 toneladas de soja exportada em 1974 (IBR, IICA, 1976, p. 13). Essa expansão prosseguiu em ritmo elevado nos anos sucessivos, mas, na década de 1970, a produção da soja resultou numa significativa transformação econômica do Paraguai, que, combinado com a construção das hidrelétricas de Itaipu e Yacyretá, resultaram no “milagre econômico paraguaio”.

No início da década de 1980, os departamentos fronteiriços de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay já estavam ocupados com a policultura mecanizada (soja, trigo, milho, girassol, etc.). Mas a imigração dos brasileiros e a expansão do complexo da soja não parou por aí, continuou Paraguai adentro, em direção aos departamentos de Caaguazú, Caazapá, San Pedro e Misiones.

O acesso a terra dos brasileiros no Paraguai

As principais formas de acesso à terra dos brasileiros no Paraguai eram por meio do arrendamento, compra e posse, respectivamente. Quanto aos posseiros, uma reportagem da FSP, de 1979, estimara em 2 mil o número de famílias que haviam se apossado de algum pedaço de terra no Paraguai. Do total, pouco menos de mil estariam concentradas somente na região de General Dias, ligado ao núcleo de Piquiri, uma das primeiras regiões colonizadas por brasileiros; e, o restante estariam espalhados na fronteira com o Estado do Mato Grosso do Sul. (FSP, 22 de abr de 1979)

Esses posseiros teriam sido incentivados em ir ao Paraguai. Entretanto, logo que as terras estavam produzindo, começavam a aparecer os supostos proprietários. Diante disso, conforme depoimentos, esses posseiros teriam “consciência de que estão sendo utilizadas para limpar o terreno para empreendimentos futuros.” (FSP, 22 de abr de 1979). O caso de posseiro Agostinho Borget, chegado à região de General Dias no ano de 1967, parece ilustrar o fato:

Fizemos as estradas, tiramos o mato, abrimos a terra. Depois apareceu o dono da terra, um tal de Humberto Vergueiro, que pediu um preço muito alto para vender. A gente não aceitou. Agora vem o pessoal do IBR e diz que desapropriou a terra, que a gente tem que pagar para eles. Mas eu não acredito (FSP, 22 de abr de 1979).

No caso dos arrendatários, estes conseguiram terras para arrendar apenas enquanto existia terrenos ainda não desflorestados. Muitos brasileiros que conseguiram comprar terras, em mata fechada, no Paraguai, possivelmente, para não arriscar muito com financiamentos na preparação dos terrenos, cediam parte dessas terras, na forma de arrendamento, à outros agricultores. No final do contrato, o proprietário recebia-as de volta pronta para o cultivo mecanizado.

Por isso, mesmo quem não conseguia comprar terras assim que chegava ao país, e esse foi o caso de uma grande parte dos imigrantes brasileiros, sempre se conseguia dois, três alqueires para plantar por um período de até três anos sem pagar arrendamento (FSP, 22 de

nov. de 1981). Dezenas de milhares de famílias migraram nessas condições, arrendavam terras no Paraguai confiantes de que poderiam comprar seu pedaço de chão mais tarde.

Entretanto, conforme as florestas iam para chão, as terras se valorizavam cada vez mais, de tal sorte que era muito difícil um arrendatário conseguir comprar terras no final de seu contrato. Poderia, no máximo, pagar as primeiras entradas de alguns hectares.

O arrendamento, segundo um depoimento dado por um imigrante, em 1984,

Se toma 10 Has. y uno paga un porcentaje. Se paga un 20 por ciento durante 3 años y luego el trabajador entrega ya su tierra al dueño totalmente limpia y el trabajador se va y busca otro terreno bajo este mismo sistema, así hay mucha gente que trabaja en el Brasil. Este sistema no es tan bueno para progresar ya que al empezar a trabajar el dueño de la tierra le da provistas y cuando llega el fin de año y se hacen las cuentas resulta que el patrón ya había entregado todo a cuenta al ocupante, y no le sobra nada al trabajador, ese es el problema. Por supuesto que es mejor si uno posee un poco de tierra propia (Pesquisa CEREP *apud* CEP, 1985, p. 124).

Esse entrevistado teria saído da localidade de Londrina (Brasil) com destino à Itakyry, no Paraguai. Ali teria permanecido por 4 anos, mas depois se mudado para Campo Limpio, onde ficara 2 anos, até chegar em Minga Porá. Segundo os autores da pesquisa (CEP, 1985, p. 124), esses deslocamentos teriam obedecido a duração dos contratos de arrendamento, sendo que os locais escolhidos para migrar ofereciam terras para novos contratos.

Alguns anos antes, em 1979, os arrendatários Júlio Félix Danileschi e Santos Gonçalves deram depoimento sobre seus itinerários ao repórter Luis Padovani (FSP, 22 de abr. de 1979). Aquele era arrendatário de Palotina (PR), quando, em 1974, teria migrado para o Paraguai, onde estaria cultivando 11 alqueires. O motivo da ida ao Paraguai seria a oportunidade de acesso à terra que aquele país oferecia. “No Brasil não dá mais pra viver. O dono da terra exige cada vez mais, a família vai crescendo. Eu bem que queria comprar terra no Brasil, mas pobre lá não consegue nada. Então eu vim pra cá” (FSP, 22 de abr. de 1979).

O segundo afirmara ter sido arrendatário em Marechal Cândido Rondon, e, no Paraguai, estaria cultivando um lote de 2 alqueires pelo mesmo sistema. A justificava para a migração é parecida com a dada por Danileschi. “É que lá no Brasil a gente perdeu o lugar na terra porque o dono mecanizou tudo. Aqui, pelo menos, a gente tem um pedaço pra trabalhar, ainda que tenha que dar metade para o dono. Mas tá melhor que lá.” (FSP, 22 de abr. de 1979)

Os dois arrendatários citados acima, antes de emigrar ao Paraguai, residiam no oeste do Paraná. E, a decisão de partir do Brasil partirá da necessidade de encontrar terras para cultivar, já que os contratos de arrendamento no Paraná não eram mais renovados devido ao cultivo mecanizado. No norte do Paraná, a erradicação dos cafezais foi acompanhada pela mecanização do cultivo das novas culturas introduzidas, tendo como consequência também a extinção das terras disponíveis para os regime de parceria ou colonato que eram praticados na região.

Trata-se da classificação daqueles trabalhadores que haviam colonizado o norte do Paraná majoritariamente como arrendatários e, por outro lado, os colonos do oeste paranaense comumente como pequenos proprietários. Nesse sentido,

[...] o fluxo migratório em direção ao Paraguai ocorreu primeiramente com os agricultores sem a posse de terra ou com pouca terra e, posteriormente, com pequenos proprietários. No caso do primeiro grupo, provenientes principalmente da região norte do Paraná, a migração para o Paraguai aconteceu pela contratação por meio de colonizadoras ou por fazendeiros que necessitavam de mão-de-obra para a abertura de novas áreas.

No caso do segundo grupo, formado por pequenos proprietários ou com pouca terra, a motivação se deu pela ação das colonizadoras, principalmente brasileiras, que apresentavam disponibilidade “de terras de boa qualidade a preços baixos (em relação ao Brasil), sendo possível, assim, com a venda de suas propriedades no Paraná, comprar uma área bem maior no Paraguai” (FIORENTIN, 2010, p. 64).

Em outras palavras, os migrantes que saíram da região norte do Paraná em direção ao Paraguai teriam migrado em busca de terras para arrendar ou de trabalho na limpeza dos terrenos, ao passo que a população da região oeste teria migrado num período posterior, depois que as terras no Paraguai já estavam praticamente limpas, motivada pelo desejo de aumentar o tamanho de suas propriedades.

De nossa parte, parece não ter havido uma distinção dos tipos de fluxos migratórios, ou seja, dezenas de milhares de famílias, tanto do norte quanto do oeste do Paraná, foram ao Paraguai, primeiro em busca de terras para arrendar, esperando obter êxito nessa atividade para depois conseguir comprar seu próprio pedaço de terra; ao mesmo tempo, outras tantas famílias, que tinham um pequeno e insuficiente pedaço de terra, aí sim, vendiam-na para comprar um terreno maior no Paraguai, não limpo, mas geralmente ainda em mata fechada.

Se teria havido a distinção dos fluxos migratórios, ela possivelmente teria o efeito contrário àquele proposto, pois, com as terras já limpas, os pequenos proprietários “sulistas” do oeste do Paraná, ao chegar ao Paraguai, já encontrariam essas terras mais valorizadas, o que impediria esses agricultores de adquirir uma propriedade “bem maior” no país vizinho.

Os pequenos proprietários que vendiam suas poses no Brasil não compravam as terras já limpas no Paraguai. Os médios e grandes proprietários brasileiros no Paraguai, geralmente, não vendiam as terras depois de limpas, pelo contrário, elas eram incorporadas ao plantio mecanizado do complexo da soja.

A migração motivada pelo desejo de aumentar o tamanho da propriedade, comumente atribuído aos pequenos proprietários sulistas do oeste do Paraná, deve-se mais ao fato de essas pequenas posses terem se tornado insuficiente para a reprodução social da família, sobretudo depois da modernização conservadora da agricultura. Por outro lado, uma quantidade muito grande de famílias “sulistas” que foram ao Paraguai também não tinham um pequeno pedaço de terra para vender no Brasil e tentar adquirir um maior no outro lado da fronteira.

Pelo que parece, o número de famílias que partiram de algum lugar do oeste do Paraná, em direção ao Paraguai, na perspectiva, num primeiro momento, de apenas conseguir um pedaço de terra para arrendar, para depois, conforme esperavam, conseguir comprar seu próprio terreno, parece demasiadamente significativa para ser desprezada. Diante disso, não classificamos, *a priori*, os “nortistas” como arrendatários, meeiros, etc. nem os “sulistas” como pequenos e médios proprietários. Entre sulistas e nortistas, antes de emigrar ao Paraguai, há, entre ambos, quem tinha alguma posse e outros que nada possuíam.

Aliás, talvez uma grande parte dos brasileiros no Paraguai, tanto no que tange àquela população de ascendência “nortistas” como “sulistas”, não tinham nenhuma propriedade no Paraná e nem conseguiram comprar terras no Paraguai. E, se considerarmos, como “sonho” não realizado, aquelas famílias que conseguiram, após anos de trabalho, adquirir uma área menor do que cinco alqueires, a quantidade de colonos brasileiros no Paraguai “desiludidos” aumentaria significativamente.

Para analisar essa questão do acesso a terra no Paraguai em números, temos poucos, e possivelmente limitados, dados. A única referência encontrada é referente a uma pesquisa feita pelo *Centro de Estudios Rurales y Evaluación de Proyectos (CEREP)*, à pedido da Conferência Episcopal Paraguaia (CEP) e custeada pela *Inter American Foundation (IAF)*. Nesse estudo, o CEREP entrevistara, no ano de 1984, 29 imigrantes brasileiros residentes nas localidades de T. R. Pereira (Itapúa), San Sebastián (Canindeyú) e General Díaz (Alto Paraná). Além dessa pesquisa, o CEREP também citara dados de outra pesquisa, que havia sido realizada pela ALPAR, em 1979.

O levantamento da ALPAR (CEP, 1985) foi realizado com 702 chefes de família de imigrantes brasileiros residentes no Departamento de Alto Paraná. Uma das enquetes da pesquisa foi a comparação sobre a disponibilidade de terras nesse departamento em relação ao lugar de origem (no Brasil), feito entre aqueles imigrantes chegados no período de 1967 a

1979. Os dados obtidos foram: 47% dos imigrantes eram trabalhadores assalariados no Brasil, e, desses, 36% permaneciam sem o acesso a terra no departamento de Alto Paraná; 40% possuíam menos de 20 hectares no lugar de origem, e, 29% continuaram com menos de 20 hectares; e, dos 13% dos imigrantes que tinham 20 ou mais hectares no Brasil, sobem para 35% no Paraguai.

Disponibilidade de terra	No lugar de origem (em %)	No Departamento de Alto Paraná (em %)
Assalariados no campo	47	36
Menos de 20 ha	40	29
20 ou mais ha	13	35
Total	100	100

Tabela 1: Disponibilidade de terra no Brasil e no Paraguai.
Fonte: Pesquisa ALPAR, 1979 (*apud* CEP, 1985, p. 117)

Fundamentalmente, os dados revelam que quase a metade dos imigrantes brasileiros entrevistados não eram proprietários de terras no Brasil, e, uma boa parte deles continuou não sendo naquele país. Por outro lado, de acordo com a pesquisa, cerca de 10%, no Paraguai, teriam conseguido acesso a um pedaço de terra pela primeira vez. Outro apontamento a ser feito é o número daqueles que eram proprietários de menos de 20 hectares no Brasil, que conseguiram aumentar a área de terra disponível, reflexo da diferença no preço praticados nos dois países.

Ainda com informações do levantamento da ALPAR, de um total de 1.856 pessoas, com idade entre 30 e 49 anos, a grande maioria teria declarado trabalhar por “conta própria”. Entretanto, uma quantidade significativa desses imigrantes combinam o trabalho assalariado com o empreendimento “por conta própria” na sua parcela de terra ou arrendada.

Tipos de Lar	Tipos de ocupação							
	Conta Própria		Patrão		Assalariado		Total	
	Quat.	%	Quat.	%	Quat.	%	Quat.	%
Unipessoal	1	25	-	-	3	75	4	100
Nuclear	1.179	75	14	0,9	380	24,1	1.573	100
Estendido	128	64,6	-	-	70	35,4	198	100
Composto	73	90,1	-	-	8	9,9	81	100
Total	1.381	74,4	14	0,8	461	24,8	1.856	100

Tabela 2: Departamento de Alto Paraná: Tipos de residência e categorias de ocupação, com idades entre 30 e 49 anos e resistência rural.
Fonte: Dados da pesquisa ALPAR, de 1979. (*apud* CEP, 1985, p. 86)

Na pesquisa do CEREP, de 1984 (CEP, 1985, p. 84), o número de imigrantes que, paralelamente ao trabalho por conta própria, realizavam trabalhos remunerados é significativamente maior do que os dados da pesquisa ALPAR, 58% teriam declarado trabalhar “fora”, e, por outro lado, 42% somente por “conta própria”.

Considerando que na pesquisa CEREP apenas 7% dos imigrantes não teriam nenhum tipo de acesso a terra, portanto os agricultores tinham que combinar o trabalho “por conta

próprio” na sua parcela de terra, seja comprada ou arrendada, com o trabalho remunerado fora. Isso possivelmente sugere que mais da metade os imigrantes brasileiros no Paraguai cultivavam apenas pequenas “roças”, que não garantia totalmente nem a subsistência da família, quanto mais comprar novas terras para aumentar o tamanho, no caso daqueles que haviam conseguido comprar apenas um pequeno lote.

Forma de acesso a terra	Porcentagem
Proprietários	31
Ocupante de terra Fiscal	17
Ocupante de terra particular	45
Não tem acesso a terra	7
Total	100

Tabela 1: Formas de acesso a terra dos imigrantes brasileiros.

Fonte: Pesquisa CEREP, 1984. (Adaptado *apud* CEP, 1985, p. 163).

Como temos destacado, o número de agricultores ocupantes de terras particulares, ou seja, arrendatários, somam-se quase a metade dos agricultores brasileiros considerados pela pesquisa. Se somarmos essa população com aqueles ocupantes de terras fiscais, os posseiros, aí mais de 60% das 29 famílias teriam o seu futuro incerto no Paraguai. Incerto, porque assim que as terras estivessem limpas, os arrendatários não teriam mais acesso a elas.

Portanto, apenas 31% teriam conseguido comprar seu pedaço de terra e, aparentemente, teriam um melhor futuro. Entretanto, em um país aonde a lei, muitas vezes, era relativizado de acordo com as convicções do comissário (delegado) e demais autoridades paraguaias locais, muitos desses agricultores, conforme veremos, tiveram dificuldades de conseguir as escrituras das terras.

Como dissemos, os dados são limitados, mas, se levarmos em conta que muitos brasileiros no Paraguai começaram a retornar desde o início da década de 1980 e que ainda continuam retornando (basta acompanhar na imprensa a quantidade de brasiguaios acampados nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná), não dá para dizer que a grande maioria dos brasileiros teve êxito no empreendimento realizado no Paraguai.

Possivelmente, devem existir muitos casos de colonos que, de pequenos proprietários no Brasil, no Paraguai conseguiram se tornar agricultores razoavelmente bem sucedidos economicamente. Fiorentin (2010) entrevistou alguns agricultores residentes no Paraguai, nas localidades de Curva da Lata (Katueté) e Gleba 11 (Mbaracayu), cujas experiências apontam para casos desse tipo. Dos oito agricultores entrevistados, a metade havia vendido uma área de 5 alqueires no Brasil e adquirido outra de 20 alqueires no Paraguai, outros dois haviam recebido 10 e 20 alqueires de terras no país como herança, um tinha vendido 1 alqueire e comprado 10 no Paraguai e, outro chegou ao país como arrendatário, condição na qual permanecera até a data da entrevista, realizada em 2009.

Ainda conforme o trabalho de Fiorentin (2010), dos sete agricultores que haviam conseguido comprar 10 ou mais alqueires de terra, consta que 4 haviam conseguido prosperar no Paraguai, inclusive conseguindo comprar mais terras ao longo de 20 ou 30 anos de trabalho. Dos demais, consta que dois perderam a terra: um havia perdido para um *cerealista* por conta de dívidas e outro por problemas de documentação.

A julgar por esses dados, não dá para negar a ascensão socioeconômica, no Paraguai, de muitos daqueles que eram antigamente pequenos agricultores no Paraná. Casos desse tipo, possivelmente, se encontram aos montes no Paraguai. Entretanto, apesar de todos os brasileiros que já retornaram desde 1985, ainda existem muitos deles no Paraguai que vivem

de trabalhos temporários, que ainda conseguem um pequeno pedaço de terra dos patrões para os pequenos cultivos de subsistência.

Entretanto, a maior parte daqueles que eram pequenos proprietários no Brasil não conseguiram ficar “ricos” no Paraguai como lhes fora prometido. E, entre os colonos que já eram “sem terra” no Brasil, certamente são raros aqueles que conseguiram “se dar bem” no país vizinho.

Ao que parece, a ida ao Paraguai teria sido “[...] uma busca de solução que aos poucos foi se transformando em pesadelo” (Carta ao MIRAD, 1 de abr. de 1986). Enquanto havia matas fechadas, havia a disponibilidade de terras “[...] para abrir e fazê-la produzir” (idem)

Abrimos, destocamos, produzimos nas terras, abrimos estradas, construímos escolas, cadeias públicas, postos policiais, postos fiscais, formamos vilas e povoados, enfim, desbravamos a terra às custas de muitos sacrifícios e humilhações. Quando chegamos, poucos conseguiram comprar um pedaço de terra do IBR, a colonizadora oficial do Paraguai. À maioria se empregou como diaristas nas grandes propriedades de empresários e fazendeiros brasileiros em cultivos provisórios, através de concessão de pequenas áreas de terras para posterior plantio de capim, ou soja e como arrendatários (Carta ao MIRAD, 1 de abr. de 1986).

Na verdade, a ida desses brasileiros no Paraguai constituiu uma verdadeira exportação do problema agrário brasileiro. O incentivo dado pelos governos militares à modernização da agricultura e as supostas facilidades que teriam no Paraguai levou centenas de milhares de agricultores familiares para dentro do país vizinho. Entretanto, depois que as terras ficaram limpas, sobraria para a Nova República resolver o problema de acesso à terra para essa população de camponeses.

Problema com as escrituras da terra

Em 1979, Luis Padovani, repórter da Folha de São Paulo, juntamente com uma equipe do Centro Pastoral do Migrante da Arquidiocese de São Paulo, percorrem as colônias traçadas no mapa 1. Dessa visita das colônias de brasileiros no Paraguai resultou a reportagem de uma página intitulada *Brasileiros no Paraguai, uma ilusão*. Segunda a reportagem, são fatos comuns vividos pelos colonos brasileiros: “Expulsão dos colonos da terra, roubo de madeira, violência, ameaças, inutilização dos recibos de pagamento [da terra]”. (FSP, 22 de abril de 1979).

Conforme a reportagem de Padovani (FSP, 22 de abril de 1979), os problemas com a posse definitiva da terra seria a principal causa da *ilusão* dos colonos brasileiros no Paraguai. No caso do Paraguai, a compra de um pedaço de terra por vezes não garantia tranquilidade ao agricultor para cultivar sua terra buscando “melhorar de vida”. De acordo com cálculos de Padovani, sessenta por cento dos colonos brasileiros que haviam comprado lotes no Paraguai, até 1979, tinham ou ainda poderiam ter problemas com a escrituração das terras, “uma etapa do processo que culminará com o abandono ou a expulsão da terra”. (FSP, 22 de abril de 1979).

Estariam nessa situação aproximadamente 30 mil famílias, em torno de 200 mil pessoas, “que derrubaram a mata, abriram estradas, construíram cidades e agora estão sendo expulsas.” (FSP, 22 de abr de 1979). Mais de dois anos depois, em 1981, o repórter Luís Salgado Ribeiro e o fotógrafo Jorge Araújo, do jornal Folha de São Paulo, percorreram por oito dias as zonas de colonização de brasileiros no Paraguai. Como resultado desse trabalho, entre os dias 22, 23 e 24 de novembro de 1981, a FSP publicou uma série de reportagens sob o título geral de *A ilusão brasileira no Paraguai*.

Tal como na reportagem de 1979, a palavra “ilusão” é novamente utilizada para sintetizar a ida esperançosa de centenas de milhares de colonos brasileiros ao Paraguai. Em 1981, o jornalista Juvêncio Mazzarollo acreditava na existência de aproximadamente 400 mil brasileiros no Paraguai e, dos quais, oitenta por cento não teriam títulos de propriedade (FSP,

23 de nov. de 1981).

Esses dados revelam qual era a situação dos brasileiros no Paraguai no final da década de 1970 e início dos anos 80. Mais de seis anos antes do retorno dos brasiguaios de modo organizado, em junho de 1985, já se falava na expulsão e do retorno de muitos agricultores brasileiros no Paraguai e, que, fundamentalmente, a esperança de encontrar oportunidade para melhorar de vida naquele país, para uma grande parte dos colonos brasileiros, teria sido uma “ilusão”.

Estamos tratando aqui daqueles imigrantes que conseguiram comprar um pequeno pedaço de terra no Paraguai, dentre os quais muitos viram suas esperanças ruírem quando terminavam de pagá-la e não conseguiam receber as escrituras. Sem contar ainda as dezenas de milhares de famílias que conseguiram o acesso a terra na condição de arrendatários ou como posseiros.

Passemos a investigar os principais tipos de ocorrência que ocasionaram alguma forma de dificuldades aos imigrantes na hora da escrituração das terras, por vezes acompanhada por perseguições e mesmo violências físicas.

Uma das fraudes que vitimou muitos imigrantes foi a prática de venda de um mesmo imóvel para mais de um agricultor. Esses casos eram mais comuns quando o vendedor no Paraguai era alguém membro do governo paraguaio, sobretudo das Forças Armadas. Isso porque a base de sustentação de Stroessner no poder se baseava na distribuição de prebendas em troca da fidelidade ao Ditador Alfredo Stroessner; em muitos casos, esse benefício pode ter sido em terras. Estes beneficiários vendiam as terras em tamanhos menores aos imigrantes brasileiros.

Contudo, ao vender a terra para os pequenos agricultores, posteriormente, podia aparecer uma companhia colonizadora interessada nas mesmas terras e então oferecia uma oferta bem melhor por ela. Esse seria os casos em que o trecho do documento abaixo se refere.

A gente comprava a terra e pagava. Recebia um título. Depois de algum tempo vinha alguém dizendo que o documento não valia. Tinha que pagar a terra de novo. Teve companheiros que pagaram a terra 3 vezes, [...]. No final muitos companheiros foram despejados, presos e prá completar foram expulsos perdendo tudo (CARTA À POPULAÇÃO, 1985).

Nesses casos, a situação para os imigrantes era ainda mais complicada, porque geralmente um membro do exército paraguaio estava envolvido na contenda, que certamente não teria nenhum empecilho que pudesse de lhe impedir que mobilizasse a polícia paraguaio para expulsar os pequenos agricultores em benefício do outro comprador mais ilustre, no caso um grande negociante imobiliário, também brasileiro.

Outra forma de fraude, possivelmente a que atormentou uma quantidade maior de colonos, foi a prática de venda de terras da qual o vendedor não era o proprietário. Por exemplo, o colonizador tinha 15 mil ha para lotea-la em tamanhos menos e vende-la aos imigrantes pequenos agricultores. No entanto, ao invés das 15 mil ha, houve casos em que o colonizador teria vendido até 15 mil ha além do que realmente possuía. Posteriormente, aparecia outro sujeito se dizendo proprietário. Esse tipo de fraude teria ocorrido de forma mais generalizada em dois núcleos de colonização: o núcleo colonial de Santa Teresa, seguida, em menor escala, quanto ao número de vítimas, pelo núcleo de Santa Rosa del Monday.

Até o início da década de 1980, pode-se dizer que essas duas formas de conflitos citadas eram favorecidas pela falta de cartórios de registro das propriedades, pois “[...] em todo o Paraguai, só existe um cartório de registro, o 'Registro Nacional de la Propriedad', em Assunção, o que dificulta saber quem são os reais donos das terras.” (FSP, 23 de nov. de 1981). Por isso, com informações da FSP (23 nov. 1981), os negócios seriam feitos com base em recibo de compra e venda, e isso não garantia nenhuma segurança aos compradores, ao

menos no caso dos pequenos agricultores.

Essa parte da população brasileira no Paraguai não tinham quase ninguém para recorrer diante das inúmeras arbitrariedades cometidas pelas autoridades paraguaias locais que agiam quase sempre a mando de empresários brasileiros ou paraguaios. Poderiam reivindicar seus direitos sobre a posse de suas terras na justiça, mas isso seria um ato considerado inadmissível pelos poderosos pretensos proprietários, que colocavam, com isso, a cabeça do confrontador à prêmio. Ao menos isso seria o que o colono Teorodoro Gella teria relatado ao repórter Luis Padovani (FSP, 22 de abril de 1979). "E se a gente for para a Justiça, com advogado e tudo, pode ganhar, mas não adianta nada. Teve um colono, o Antônio Cardoso, que ganhou a questão na Justiça e por isso mesmo teve que abandonar tudo e fugir, pra não morrer."

A mercê da duvidosa honestidade dos negociantes de terras no Paraguai, tanto brasileiros quanto paraguaios, muitas vezes nem a escritura garantia tranquilidade ao colono (FSP, 23 de nov. de 1981). A união destes na defesa de suas terras era o único meio de que dispunham para tentar não perdê-las, conquistadas graças a anos de trabalho das famílias.

Conclusão

O caminho do Paraguai foi uma das alternativas possíveis dentre os locais "absorvedores" de mão de obra. Aquele camponês que havia colonizado as extensas regiões Norte e Sudoeste/extremo-oeste do Paraná, a partir de 1960 podia migrar para os centros urbanos, ou em direção à frente de expansão no "norte" (Região Amazônica). Só não possuíam o "direito de ficar". Para uma parte expressiva desses camponeses, nem a cidade nem o norte eram vistos como uma boa opção para recomeçar a luta pela sobrevivência.

Para esses, a melhor escolha seria continuar a lutar pela terra, mas não no norte do país, mas numa nova terra de oportunidades chamada Paraguai. Efetivamente, a partir da década de 1960, aquele país oferecia o que no Brasil se negava cada ano mais, a disponibilidade de terras para o agricultor familiar produzir seus meios de subsistência e mesmo sonhar com uma vida melhor. Para os camponeses, isso só seria possível de ser alcançado mediante o acesso a um pedaço de chão.

No Paraguai, no início de fato havia a disponibilidade de terra, que era a mata virgem para desflorestá-la e fazê-la produzir. O acesso a ela dava-se principalmente por meio da compra ou por arrendamento. Já no início da colonização, podia comprar terras no Paraguai, com exceção de fazendeiros e outros empresários, aqueles agricultores que podiam vender uma pequena propriedade no Brasil, adquirida até o fechamento da fronteira agrícola no caso do Paraná. Com a política de erradicação do café, seguida pela modernização da agricultura, as pequenas propriedades não garantiam mais a sobrevivência da família. O caminho era vendê-la e tentar comprar uma propriedade maior em uma nova frente de expansão, onde as terras eram vendidas por preços menores.

No caso do Paraguai, as terras eram vendidas por companhias colonizadoras, grandes proprietários e por altos funcionários do governo paraguaio que haviam se usurpado de terras devolutas. Muitas vezes esses agentes enviavam corretores ao Brasil para propagandear a venda de lotes no país vizinho. Muitos agricultores chegaram a comprar terras desses corretores ainda no Brasil, ou seja, sem ver o que estavam adquirindo.

Mas, a grande maioria dos imigrantes brasileiros no Paraguai não tinha capital para comprar terras naquele país, mesmo com toda a diferença no preço. Entretanto, nas décadas de 1960 e 1970 e, nas regiões mais afastadas da fronteira, até o início da década de 1990, esses agricultores que iam ao Paraguai apenas com algumas bolsas com roupas, objetos de cozinha e algumas ferramentas de trabalho, geralmente conseguiam dois, três alqueires para desmatar e plantar por três anos sem pagar arrendamento.

Provavelmente, a forma mais comum de acesso a terra para grande parte dos brasileiros no Paraguai foi por meio do arrendamento. Depois de passado os primeiros anos de abertura das colônias, as terras se valorizavam, impedindo desta forma a compra de terras pelos arrendatários. Se conseguiam, era algumas hectares, por volta de dois, três alqueires, o que definitivamente não garantia a subsistência da família. Conforme um documento dos brasiguaios já citado (Carta ao MIRAD, 1986), a grande maioria só conseguiu a acesso a terra na condição de arrendatário.

Referências

CARTA À POPULAÇÃO. Documento assinado pelos “Brasiguaios acampados em Mundo Movo”. Mundo Novo, 21/06/85. 1 p.

CARTA AO MIRAD. Correspondência ao Senhor Ministro, assinada pela Comissão dos Brasiguaios no Paraguai, Campo Grande, 01/04/86.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS DE SÃO PAULO. *Pesquisa entre imigrantes brasileiros no Paraguai*. São Paulo: 1971. 35 p.

CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA. *El fenómeno migratorio en el Paraguay*. Asunción: Cuadernos de Pastoral Social, 1985

DORIA, Luis A. Campos. *Apuntes de historia económica del Paraguay*. Desarrollo, auge y decadencia de una economía de enclaves. Asunción: Intercontinental Editado, 2010. 487p

FIORENTIN, Marta Izabel. *A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. Dissertação de Mestrado (História). Curitiba: UFPR, 2010. 112 f.

FOLHA DE SÃO PAULO, 22 de abril de 1979.

_____. 22 de novembro de 1981.

_____. 23 de novembro de 1981.

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL; INSTITUTO INTERAMERICA DE CIENCIAS AGRICOLAS. *Aspectos de la comercialización agrícola en el Paraguai y la acción del IBR*. Asunción, 1976

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Tradução do Frances María Crinstina Carámbula. Assunção: AGR, 2007.

¹ A USAID fora criada por J. Kennedy como parte do Programa Aliança para o Progresso.